

LIVROS

Inovação, assunto à espera de uma retórica esclarecedora

Economista ataca mitos que inibem ação do Estado no desenvolvimento tecnológico. Por **Cyro Andrade**, de São Paulo

"The Entrepreneurial State - Public vs. Private Sector Myths"
Mariana Mazzucato, Anthem Press.
264 págs., US\$ 15,90

Houve época em que inovação era uma palavra de sentido pejorativo, associado a heresia na Igreja da Inglaterra (coisa de papa), ou na França católica (estigma para protestantes). O termo passaria a ganhar conotação positiva com a Revolução Industrial e o crescente reconhecimento da importância de invenções técnicas, como era mais comum dizer a princípio. Com o passar do tempo, a cultura de consumo faria o resto, com a ajuda dos grandes laboratórios de governos, nos Estados Unidos e Europa, desbravadores de conhecimento em várias frentes.

Hoje, bem estabelecido o conceito em sua forma contemporânea, faltaria reconfigurar a retórica econômica e política que envolve o assunto. É preciso difundir o entendimento claro da essencialidade do Estado como agente de desenvolvimento tecnológico e dos modos como deve dar-se sua atividade na área, lê-se no livro da economista Mariana Mazzucato. A mudança de discurso deverá incluir, tese central que ela propõe, a rediscussão das relações entre Estado e empresas na busca de inovação, limpando-as de mitos, para atualizar a equação que tem como variáveis custos (em grande parte socializados) e benefícios (tortuosamente privatizados).

Mariana, catedrática de políticas de ciência e tecnologia na Universidade de Sussex e professora visitante de economia da inovação na Open University, ambas no Reino Unido, dá o tom e a amplitude de sua proposta de reflexão quando escreve sobre a importância de se pensar, questionar mesmo, "mais do que nunca", o papel do Estado na economia, "agora que se assiste à sua retirada, em muitas partes do mundo, justificada em termos de redução de endividamento e — talvez mais sistematicamente — em termos de tornar a economia mais 'dinâmica', 'competitiva' e 'inovadora'". Nesse discurso, as empresas são consideradas como "a 'força inovadora', enquanto ao Estado restaria manter-se como 'força inercial', necessária apenas para fazer o 'básico', e impedido, pelo tamanho e peso excessivos, de ser a 'máquina dinâmica'".



Mariana Mazzucato: hora de rever modos como se fala do Estado, sem "narrativas e imagens ideológicas" e com distinção entre "evidências" e "ficção"

Admita-se que produzir inovação não seja o papel principal do Estado. Mas, como diz Mariana no livro, a demonstração de seu "caráter inovador e dinâmico potencial — sua histórica capacidade, em alguns países, de desempenhar um papel 'empreendedor' na sociedade — é talvez a maneira mais eficaz de defender sua existência, e tamanho, de um modo proativo". Ela cita o historiador Tony Judt (1948-2010), que, no livro "Ill Fares the Land", fala do ataque a que o Estado do bem-estar foi submetido nas últimas três décadas, "envoltório de uma batalha discursiva, na qual se mudaram os modos de nos referirmos a ele [o Estado], com palavras, como 'administração', tomadas para mostrá-lo menos importante e menos empreendedor" ("adventurous"). De novo, uma questão de retórica. Mariana faz-se, então, advogada da revisão dos modos como se fala do Estado, "com o desmantelamento de narrativas e imagens ideológicas" e distinção entre "evidências" e "ficção".

O livro é uma versão revista e significativamente expandida de um texto que Mariana produziu em 2011 para o "think tank" britânico Demos, sobre "O Estado empreendedor" (http://www.demos.co.uk/files/Entrepreneurial_State_-_web.pdf). Com esse trabalho, ela pretendeu — não se

sabe exatamente com quais resultados duradouros — convencer o governo do Reino Unido a mudar de estratégia: não fazer cortes orçamentários com o objetivo de tornar a economia "mais competitiva" e mais "empreendedora", "mas reimaginar o que o Estado pode e deve fazer para assegurar uma recuperação pós-crise sustentável".

"A retórica da austeridade fiscal é, na verdade, baseada numa falácia, o chamado 'paradoxo da poupança', que extrapola para toda a economia o fato de que uma unidade familiar pode consumir mais no futuro porque poupa no presente. Isso não é verdade para o conjunto da economia", disse Mariana em entrevista ao Valor. E lembra que, como Keynes demonstrou, se todos os indivíduos adiam o consumo (aumentos nas poupanças individuais), a redução correspondente na demanda agregada resultará em menor atividade econômica e, conseqüentemente, em menos investimento. Então, a poupança total cairá mesmo que todos os indivíduos procurem aumentar sua poupança. "Essa falácia está implícita em medidas de austeridade propostas para situações de recessão. É uma imagem fácil de ser aceita por pessoas que nos últimos 40 anos receberam de todos os lados a formação de que o Estado é inefi-

ciente e gasta em excesso. Como digo no livro, da mesma forma que a imagem do mexicano preguiçoso foi uma invenção que justificou o roubo do México pelos Estados Unidos (Texas, Califórnia etc.), a imagem do Estado lerdo, intrusivo, burocrático, justifica hoje um verdadeiro roubo maciço de recursos públicos." Evidentemente, não será num ambiente tingido por esses preconceitos, no entender de Mariana, que se encontrará espaço para os investimentos de um Estado de forte presença no desenvolvimento tecnológico.

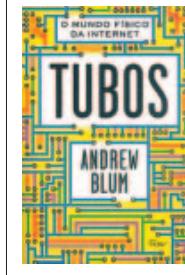
Ao sublinhar o papel ativo que o Estado já pôde desempenhar em berços de inovação e empreendedorismo — como no Vale do Silício, nos Estados Unidos — Mariana procura mostrar que o Estado pode não apenas ser um facilitador da economia do conhecimento, mas também pode criá-la, se adotar uma visão ousada e se fizer investimentos claramente direcionados. O capítulo 5 de seu livro é todo dedicado à Apple, com exame detalhado da variedade de apoios que essa empresa líder da "nova economia" recebeu do Estado. É uma narrativa exemplar, que se desdobra, nos dois capítulos seguintes, na exposição do papel do Estado como destemido investidor por trás da revolução da internet e da tecnologia da informação e che-

ga, enfim, ao que pode ser a presença marcante de agências governamentais na próxima grande transformação para a qual o mundo já se prepara, propiciada pela tecnologia "verde".

Tanto no relatório como no livro, Mariana fala em Estado "empreendedor" como principal agente de um "empreendedorismo" — atitude de conteúdo genérico "que todo policymaker hoje parece pretender encorajar" —, que não é (apenas) o das empresas iniciantes, do 'venture capital' e dos 'curiosos de garagem' (provável alusão à garagem da casa de Steve Jobs, em que ele e Stephen Wosniak, seu parceiro na fundação da Apple, deram os primeiros passos no desenvolvimento do computador pessoal). Ela se refere, isto sim, a iniciativas que incorporem a disposição e a capacidade dos agentes econômicos integrarem às suas decisões as noções de risco e incerteza nos termos definidos pelo economista Frank Knight em seu livro "Risk, Uncertainty, and Profit" (1921), distinguindo uma coisa da outra e clarificando, assim, o que cabe à empresa e o que cabe ao Estado, seja no "procurar fazer", em termos de inovação, seja no retorno justo para o que afinal for feito.

Leia íntegra no site
www.valor.com.br

Biblioteca



"Tubos - O Mundo Físico da Internet"

Andrew Blum. Tradução: Ryta Vinagre. Editora: Rocco.
271 págs., R\$ 39,50

"Em um dia cruelmente frio, alguns invernos atrás, a internet parou de funcionar. Não toda a internet, apenas a parte que reside em uma massa empoeirada ao lado do sofá de minha sala". Assim começa o prólogo do autor para seu livro sobre lugares, seus sons, cheiros, seu passado, sua arquitetura e as pessoas que lá vivem. Tudo a ver com a intangibilidade da internet, que ninguém nunca vê. Nesta era digital, para tudo que se entende como "nuvem" existe uma contraparte estabelecida no real, em espaços físicos como as estradas de ferro ou o sistema telefônico. Será a internet constituída por "uma série de tubos", como foi uma vez descrita?



"A Arte de Pensar Claramente"

Rolf Dobelli. Tradução: Karina Janini. Editora: Objetiva.
210 págs., R\$ 29,90

Por que você não deveria aceitar que lhe paguem uma bebida? Por que você deveria sair do cinema quando não está gostando do filme? Há razões para ir contra a corrente e não assistir a telejornais? Perguntas sobre assuntos corriqueiros podem conter bons elementos de informação para se compreender como se constroem pensamentos e como se tomam decisões — no trabalho, em casa, nas mais variadas circunstâncias. O autor, suíço formado em ciências empresariais pela Universidade de St. Gallen, tem certeza de que pode orientar os leitores em direção a possibilidades de evitar "armadilhas do pensamento" e tomar decisões de forma mais eficaz (inclusive, explicando por que se deve visitar cemitérios).

Mais vendidos*

Livros de economia e negócios

1º	" Sonho Grande " Cristiane Correa, Primeira Pessoa, R\$ 39,90
2º	" Antônio Ermirio de Moraes - Memórias de Um Diário Confidencial " Jose Pastore, Planeta do Brasil, R\$ 32,90
3º	" O Poder do Hábito " Charles Duhigg, Objetiva, R\$ 39,90
4º	" O Monge e o Executivo " TJames C. Hunter, Sextante, R\$ 19,90
5º	" Os Segredos da Mente Milionária " T. Harv Eker, Sextante, R\$ 19,90
6º	" As 25 Leis Bíblicas do Sucesso " William Douglas / Rubens Teixeira, Sextante, R\$ 24,90
7º	" A Arte da Guerra - Os Treze Capítulos Originais " Sun Tzu, Jardim dos Livros, R\$ 34,90
8º	" Procuram-se Super-heróis - Multiplique Seus Poderes e Desenvolva Habilidades " Bel Pesce, Leya Brasil, R\$ 24,90
9º	" Quem Pensa Enriquece " Napoleon Hill, Fundamento, R\$ 28,60
10º	" A Menina do Vale " Bel Pesce, Casa da Palavra, R\$ 22,00

Fonte: Livraria Cultura, Saraiva e Submarino. Elaboração: Valor Data - 24/06/2013 a 30/06/2013. Obs: Preços sugeridos pelas editoras.

O dinheiro, muito mais que cédulas e moedas

"Money - The Unauthorized Biography"

Felix Martin. Random House.
336 págs., US\$ 34,95

Martin Sandbu
Financial Times

O que é o dinheiro? Mesmo aqueles capazes de discorrer fluentemente sobre operações de recompra, obrigações de dívida colateralizadas e flexibilização quantitativa podem sentir dificuldades ao oferecer uma resposta. Porque, como explica Felix Martin em sua envolvente "biografia não autorizada" desse que é o mais escorregadio dos temas, o dinheiro é para nós o que a água é para os peixes — tão central para a existência que sua compreensão exige algum esforço conceitual.

A primeira coisa a compreender é que há mais, no que diz respeito a dinheiro, do que notas e moeda. Martin considera que um equívoco sobre a natureza do dinheiro — de que se trata simplesmente de uma commodity usada para realizar operações e pode, portanto, ser tratado como qualquer outro bem no mercado — está na raiz da negligência das autoridades econômicas diante de bolhas e de sua má administração de crises financeiras.

"Money" abre com duas ilustrações exóticas do ponto de vista de Martin. A primeira é a ilha de Yap, no Pacífico, cuja moeda consistia de "feis", enormes rodas de pedra com até 12 metros de diâmetro. Quase nunca eram movidas para facilitar transações, algo que lembra as contas bancárias eletrônicas modernas: eram representações simbólicas de valor e podiam mudar de proprietário sem trocar de mãos. (Um "fei" foi perdido no mar, sem que por momento algum comprometesse a riqueza do proprietário.) A segunda é a poesia homérica. A "Íliada" e a "Odisséia", escreve Martin, são uma "descrição vívida e detalhada da época imediatamente anterior à invenção do dinheiro".

Os dois exemplos servem para minar um dos principais alvos do livro: a visão convencional de que o dinheiro foi inventado para superar a impraticabilidade do escambo. As economias de subsistência dos épicos homéricos não usam dinheiro, mas também não empregam o escambo — mercadorias são transacionadas na forma de despojos de guerra, intercâmbio de presentes ou rituais de compartilhamento sacrificiais. Os habitantes de Yap mostram que o dinheiro não precisa ser trocado fisicamente por

bens negociados para desempenhar um papel nas trocas.

Para Martin, o dinheiro é assim tão simples — e tão difícil de definir. O dinheiro consiste de obrigações desincorporadas de relações sociais determinadas: trata-se de um direito confiável, livremente transmissível a terceiros. Isso se aplica, mais obviamente, a "cédulas e moedas" ou seja, moeda garantida por um poder soberano. Mas dinheiro privado — notas promissórias, sistemas de compensação, somente "funciona" desde que satisfaça a esses critérios. E, como mostra Martin, a história do dinheiro é uma narrativa sobre o difícil relacionamento dos governantes com os usuários privados e os emittentes de crédito — acima de tudo, os banqueiros. Na verdade, a história de nossa crise atual é uma descrição do crédito privado rompendo suas cadeias.

A cultura clássica é o cerne da formação de Martin, bem como a economia, e seu livro é tão repleto de exemplos literários e históricos que a história quase se conta por si própria. Ele é aprovado no teste que Dani Rodrik, de Harvard, recentemente propôs em seu blog: "Para tornar-se um verdadeiro economista, é necessário todo tipo de leitura: história, sociologia e ciên-

cia política, entre outras disciplinas — nunca exigidas de um estudante de graduação".

Há pouco de original na definição de Martin para o dinheiro como crédito transferível, e não apenas como pedaços de metal. Que a história sobre o escambo é falsa é a visão antropológica predominante. Seu apanhado a respeito das dívidas sociais e filosóficas sobre a sociedade de mercado muito deve a "The Passions and the Interests - Political Arguments for Capitalism before its Triumph", de Albert Hirschman (1977). Isso não é uma crítica, pois "Money" é uma síntese fantástica, merecedora de leitura apenas por essa razão. Mas implica que sua análise possa parecer limitada, aos olhos dos leitores que conhecem o assunto.

Martin toma problemas envolvendo a sociedade de mercado já bastante analisados — a despersonalização das relações humanas e o achatamento de valores a uma única dimensão —, como sendo, acima de tudo, problemas da sociedade monetária. O dinheiro, naturalmente, desempenha papel importante nesses processos. Mas a questão da possibilidade de uma sociedade de mercado funcionar adequadamente faz parte de uma investigação mais profunda, e

mais antiga, sobre se autointeresse é compatível com virtude — e não apenas na esfera comercial. Como explicaram estudiosos, entre os quais John Parrish, já debruçavam-se sobre essa questão pensadores que viveram em épocas muito menos abrangentemente monetizadas do que as consideradas por Martin. É simplista, por exemplo, dizer que os economistas não perceberam a aproximação da crise (o que é verdadeiro) porque apearam-se a uma teoria que via o dinheiro como uma simples moeda-commodity. O problema real não foi uma incompreensão de que dinheiro é crédito; o problema foi a crença em que a demanda e a oferta de crédito equilibram-se de uma maneira socialmente eficiente — do que decorreria que a quantidade de dinheiro ou de crédito em circulação teria escassa consequência prática.

Mas, se a tese de Martin ocasionalmente perde força, sua narrativa nunca tropeça. Como lúcida e vívida introdução a 3 mil anos de história monetária, o livro vale seu peso em "feis". (Tradução de **Sergio Blum**)

Martin Sandbu é o principal editorialista econômico do "Financial Times"